

Proprietários poderão ter incentivo para conservar floresta

Lia de Paula/Senado Federal



Ex-ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho (2º à esq.) defendeu reorientação das políticas de financiamento agrícola para estimular modelo sustentável

Senadores estudam incluir na proposta de novo Código Florestal estímulo financeiro para que proprietários conservem áreas de preservação permanente e de reserva legal em suas fazendas. 5

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.523 – Brasília, sexta-feira, 16 de setembro de 2011



Vai ao Plenário acordo de previdência Brasil/Japão

Mais de 270 mil brasileiros poderão somar os períodos de contribuição aos sistemas previdenciários dos dois países para obter a aposentadoria. Acordo de Previdência Social firmado entre Brasil e Japão em 2010 foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores. 6

Nome para agência de energia nuclear é aprovado

A comissão de Relações Exteriores aprovou Laercio Antonio Vinhas para representante do país na Agência Internacional de Energia Atômica e Igor Kipman para embaixador na Suíça. Os nomes, indicados pela Presidência da República, serão analisados pelo Plenário. 6

Senado aprova política para transporte urbano

Política Nacional de Mobilidade Urbana diz que tarifa do transporte público deverá ser a mais barata possível; se não houver recurso para voto em Plenário, projeto será enviado para sanção presidencial 3



Trânsito em Porto Alegre: projeto quer facilitar o deslocamento urbano, entre outras medidas, priorizando transporte coletivo

Comissão quer impedir ocupação em área de risco

A Comissão de Serviços de Infraestrutura aprovou a exigência prévia de carta geotécnica para a autorização de planos diretores e projetos de parcelamento do solo. Para evitar a ocupação de áreas de risco, proposta modifica o Estatuto da Cidade. 4

Colegiado anticorrupção depende de um acordo

O presidente da CDH, Paulo Paim, informou que a criação da Subcomissão Temporária de Combate à Corrupção e à Impunidade depende de acordo. Já há quatro subcomissões – máximo permitido pelo Regimento – funcionando na Casa e uma delas teria que ser encerrada. 4

Senado espera informações sobre documentos sigilosos 2

Jane Araújo/Senado Federal



Mesa decidiu encaminhar pedido do senador Fernando Collor ao governo

Votação de créditos pelo Congresso é adiada

Falta de acordo entre o PR e a liderança do governo em torno de anistia a bombeiros e policiais militares que participaram de movimentos reivindicatórios impediu a votação de três créditos orçamentários. 7

Lei de Drogas: falta consenso sobre internação compulsória 8



Marcelo Caixeta, Ana Amélia, Stempluk e Maria Cristina Hoffmann na CAS

José Cruz/Senado Federal

Segundo requerimento aprovado ontem pela Mesa, Gabinete de Segurança Institucional responderá ao Senado sobre a existência de riscos para o país em caso de divulgação



O requerimento que pede informações ao Gabinete de Segurança Institucional foi aprovado ontem em reunião da Mesa

Senado quer informações sobre documentos sigilosos

A MESA DO Senado aprovou ontem requerimento de Fernando Collor (PTB-AL) pedindo informações ao ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, general José Elito Carvalho Siqueira, sobre documentos sigilosos e os possíveis impactos da aprovação do projeto de lei da Câmara (PLC 41/10) que regula o acesso a informações públicas e estabelece prazos para sigilo dos dados.

“A desclassificação automática, sem possibilidade de prorrogação do sigilo de determinados documentos, poderá causar algum risco à segurança nacional, à integridade das fronteiras do país ou ao domínio de tecnologias sensíveis de que dispõe

o Brasil?”, questiona Collor no requerimento.

O senador solicita também informações sobre o processo de classificação adotado e questiona sobre estratégias de revisão de documentos sob guarda no caso da aprovação do PLC 41/10, atualmente em tramitação na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), onde é relatado por Collor.

Amplio debate

“Quanto documentos de caráter ultrassecreto, secreto, confidencial e reservado estão arquivados no âmbito do GSI, inclusive aqueles sob a guarda da Agência Brasileira de Inteligência (Abin)?”, indaga Collor no requerimento.

Ao justificar o pedido das informações à Presidência da República, o senador explica que, com a chegada do projeto à CRE, é fundamental que se inicie um amplo debate sobre a salvaguarda de assuntos sigilosos e sobre o impacto da desclassificação de documentos públicos para o interesse nacional.

“Apenas com os esclarecimentos fornecidos pelo Poder Executivo, poderá o Senado exercer a nobre função fiscalizadora precípua do Poder Legislativo e conduzir um debate responsável sobre o assunto, que afeta diretamente a segurança dos estados e da sociedade”, argumenta Collor, no documento que foi aprovado ontem.

Votação vai esperar a chegada das respostas

A CRE só deverá votar o PLC 41/10 depois de receber resposta ao requerimento de informações que a Mesa aprovou. O anúncio foi feito ontem pelo presidente da comissão, Fernando Collor.

Entre outras questões, o requerimento solicita informações sobre quantos documentos sigilosos são produzidos anualmente, quantos documentos secretos e ultrassecretos estão arquivados no GSI, como se dá o processo de classificação e desclassificação de documentos sigilosos e se há acordos internacionais de salvaguardas em relação a assuntos sigilosos. Após obter as respostas a essas questões, Collor deverá finalizar a redação de seu substitutivo ao texto proveniente da Câmara, que será discutido pela CRE juntamente com um voto em separado anunciado e já elaborado pelos senadores do PT na comissão.

Na opinião do presidente da CRE, os integrantes da comissão estarão mais preparados para votar o projeto depois de conhecerem as respostas do general. Ele defendeu ainda a aprovação do projeto original do Poder Executivo a respeito do tema, em vez do projeto aprovado pela Câmara e remetido ao Senado.

– Temas importantes como o novo Código Florestal e a distribuição dos royalties do petróleo têm sido intensamente debatidos no Senado. Por que não fazer o mesmo em relação a este projeto? – questionou Collor.

Humberto Costa: projeto tem regime de urgência

O líder do bloco governista, Humberto Costa (PT-PE), pediu agilidade na votação do PLC 41/10. Ele recordou que ofício enviado na quarta-feira à comissão pediu o encaminhamento do texto à Secretaria-Geral da Mesa, uma vez que o Plenário havia aprovado urgência para a matéria.

– Tivemos oportunidade de ouvir opiniões das mais diversas de dentro e fora do governo sobre o tema, que extrapola os limites de governo e oposição. É um clamor da sociedade brasileira, de todos os que defendem a transparência, a liberdade de expressão, de conhecer a nossa história, até em alguns casos reescrevê-la. Pedimos que, ou a comissão vote, ou que se decida a remeter à Mesa o projeto, para que o Senado possa votá-lo – afirmou.

Collor informou que o ofício só havia chegado algumas horas antes à comissão e defendeu o adiamento da votação até a chegada das informações requisitadas ao governo. O senador argumentou ainda que a pauta do Plenário está trancada e, por isso, o projeto não poderia mesmo ser votado de imediato.

Francisco Dornelles (PP-RJ) chegou a solicitar a votação de requerimento para a realização de audiência pública sobre o tema com a presença do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional. Collor, no entanto, sugeriu a Dornelles – que se mostrou de acordo – que a comissão inicialmente aguardasse as respostas.

Maria do Carmo pede ao MEC ações para merenda escolar

A Mesa também aprovou requerimento de Maria do Carmo Alves (DEM-SE) pedindo informações ao Ministério da Educação sobre as providências adotadas pela pasta diante de denúncia do programa *Fantástico*, da *TV Globo*, a respeito de problemas na merenda escolar distribuída em escolas públicas. Reportagem veiculada em maio mostrou casos de falta de alimentos e de oferta de comida de má qualidade e até estragada a alunos de cinco estados.

Os repórteres do

Fantástico visitaram mais de 50 escolas públicas na Bahia, Goiás, Paraíba, Rio Grande do Norte e São Paulo. A matéria apontou a corrupção como uma das causas dos problemas.

“Com efeito, as recentes notícias publicadas na imprensa dando conta de fraudes e desvios de recursos no programa exigem apuração e uma resposta firme do Ministério da Educação, dos órgãos de controle dos recursos públicos e da sociedade brasileira”, justifica a parlamentar.

Contratos do Dnit deverão ser analisados pelos senadores

Outro requerimento aprovado pela Mesa refere-se ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Ricardo Ferraço (PMDB-ES) pede cópias de contratos celebrados pelo órgão nos últimos cinco anos.

Ele justifica sua solicitação com base na repercussão das análises sobre o aumento de 33% no valor dos contratos feitos sem licitação divulgados no *Relatório de Gestão Dnit 2010* e na repercussão das

denúncias de irregularidade no órgão pela imprensa.

Entre os demais requerimentos aprovados, estão pedidos de informações sobre a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobras); a possibilidade de ampliação do Plano Nacional de Banda Larga; o cronograma das obras de transposição do rio São Francisco; e a situação da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão não deliberativa

9h A sessão plenária é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores. Entre os inscritos, João Durval (PDT-BA), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Paulo Paim (PT-RS).

Presidência Parlamentares evangélicos

17h O senador José Sarney recebe os presidentes da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara, João Campos; da Associação dos Parlamentares Evangélicos do Brasil, Antônio dos Santos; e da Federação Nacional Cristã dos Evangélicos, Wilton Acosta. Às 17h30, recebe o secretário-geral da União Internacional de Telecomunicações, Hamadoun Touré.

CMA/CRA/CCT Audiência sobre o Código Florestal

14h As comissões de Meio Ambiente, de Agricultura e de Ciência e Tecnologia realizam mais uma audiência sobre a reforma do Código Florestal, em Chapecó (SC), com os relatores da matéria, Jorge Viana (PT-AC) e Luiz Henrique (PMDB-SC).

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Armando Monteiro cobra inovação

O Brasil precisa definir uma "agenda de inovação desafiadora para o futuro", segundo Armando Monteiro (PTB-PE). Embora veja avanços nos últimos anos, o senador disse que o país está em "posição modesta no ranking da inovação".

Ele elogiou a qualidade do debate promovido pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), na terça-feira, com a presença do ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aloizio Mercadante.

O senador também defendeu mais investimentos públicos na capacitação de capital humano, principalmente no ensino médio.



Senador diz que Brasil não está bem no ranking

Ferraço propõe mediação de conflito

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) anunciou a apresentação de projeto (PLS 517/11) que institui e disciplina o uso da mediação como instrumento de prevenção e solução consensual de conflitos. O instituto da mediação já está regulamentado em vários países, como Estados Unidos, Argentina, Japão, Austrália e França, podendo ser aplicado a litígios administrativos, escolares, familiares, empresariais, trabalhistas, prisionais e ambientais.

– O mediador não tem a missão nem a autorização de decidir o conflito. Seu papel é ajudar as partes a se comunicarem de forma mais clara, mais neutra – explicou.



Vários países já recorrem ao instituto, diz senador



Lúcia Vânia, que preside a CI, entre Vanessa Graziottin e Walter Pinheiro: expectativa é de melhorar os deslocamentos nas cidades

Criação da Política Nacional de Mobilidade Urbana vai à sanção

Objetivo geral é promover a integração dos transportes urbanos e facilitar a mobilidade de pessoas e cargas nas cidades. Prioridade será para transportes não motorizados ou coletivos

SE NÃO HOUVER recurso para votação do Plenário, vai à sanção presidencial projeto que cria a Política Nacional de Mobilidade Urbana, que tem como objetivo promover e integrar os diferentes meios de transporte e a melhorar a mobilidade de pessoas e cargas dentro das cidades.

O projeto de lei da Câmara (PLC 166/10) foi aprovado ontem em decisão terminativa pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). O texto diz, entre outros pontos, que as tarifas do transporte público deverão ser as mais baratas possíveis.

– As diretrizes vão ajudar a resolver problemas como o travamento das cidades, os engarrafamentos, a

ausência de planejamento da ocupação do solo, a estrutura de acessibilidade ou o abandono de uma política que privilegie os pedestres – resumiu o senador Walter Pinheiro (PT-BA).

Apresentado pelo ex-deputado Alberto Goldman, o projeto define o Sistema Nacional de Mobilidade Urbana como o conjunto organizado e coordenado dos modos de transporte, serviços e infraestrutura que garantem os deslocamentos de pessoas e cargas no município.

O projeto dispõe sobre a regulação dos serviços de transporte público coletivo; disciplina a concessão de benefícios e subsídios tarifários, sobre a licitação para concessão e os reajustes de tarifas. Entre as

principais diretrizes destacam-se a precedência do transporte não motorizado sobre o motorizado e do coletivo sobre o individual; a priorização de projetos coletivos estruturadores do território e indutores do crescimento; a mitigação dos custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos; e o estabelecimento de uma política tarifária baseada nos critérios de equidade no acesso aos serviços, de eficiência e de baixo preço.

O relator na CI, Acir Gurgacz (PDT-RO), destacou que o projeto disciplina os direitos dos usuários, as atribuições da União, dos estados e dos municípios e os instrumentos de apoio à mobilidade urbana.

Projeto traz benefícios para as grandes cidades

Cerca de 20% da população das grandes cidades circulam em veículos privados, principalmente automóveis, os quais ocupam quase 80% das vias públicas. A informação está na justificativa de um dos quatro projetos que tramitavam na Câmara sobre mobilidade urbana. No caso, o do Poder Executivo, que serviu de base para o substitutivo de Alberto Goldman.

O documento destaca entre os maiores problemas de mobilidade no país a "dificuldade de acesso a serviços públicos e oportunidades de trabalho e lazer pela população de baixa renda, decorrente da falta de condições de deslocamento". Também são lembrados a poluição ambiental, acidentes de trânsito, consumo excessivo de energia não renovável e comprometimento da

eficiência das cidades, por conta dos congestionamentos.

Segundo Lúcia Vânia (PSDB-GO), presidente da CI, o projeto é importante para interligar os diversos tipos de transporte. Já Walter Pinheiro (PT-BA) afirmou que a proposta é bem-vinda para preparar o Brasil para a Copa de 2014 e para atender melhor a população que depende de transporte público.

CDH discutirá distribuição de fundo entre estados

O Fundo de Participação dos Estados (FPE) será tema de debate em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos de Legislação Participativa (CDH), em data a ser definida. A sugestão foi do presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS).

Em fevereiro de 2010, o Supremo Tribunal Federal (STF) apontou inconstitucionalidade na Lei Complementar 62/89, que estabelece a atual fórmula de partilha do FPE, definindo que sua vigência seja mantida somente até 31 de dezembro de 2012.

Marta Suplicy (PT-SP) salientou que tramita na Casa projeto de sua autoria com o objetivo de rever os critérios de distribuição dos recursos. A senadora disse que São Paulo vem sendo prejudicado pelas atuais regras, que são: 5% conforme a superfície territorial, 95% conforme a população e,

visando à redução das desigualdades regionais, fator de correção pelo inverso da renda per capita de cada unidade da Federação.

– São Paulo é um estado rico e, com isso, se cria a fantasia de que não possui pobreza – argumentou.

No Brasil, continuou a senadora, as maiores desigualdades aparecem justamente onde existe maior concentração de riqueza. Depois de reforçar que São Paulo convive com grandes "bolsões de pobreza", ela disse ainda que foi por isso que a presidente Dilma Rousseff optou pelo estado para fazer o lançamento do programa Brasil sem Miséria.

Adolescente infrator

Na reunião, Ana Rita (PT-ES) aceitou apresentar substitutivo de José Agripino (DEM-RN) a projeto (PLS 469/08) de Demóstenes Torres

(DEM-GO) que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente. Agripino foi favorável à proposta que, entre outras medidas, amplia a prazo de internação provisória de menor infrator de 45 para 90 dias.

No entanto, após a apresentação, Ana Rita pediu a retirada do projeto da pauta para reexame. Segundo ela, a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República faz ressalvas à proposta. Marta Suplicy também manifestou interesse em debater o mérito do projeto.

Por falta de quórum, a apreciação das outras propostas em pauta também foi transferida para a próxima reunião. Entre elas, está projeto (PLC 112/09) do deputado Neilton Mulim (PR-RJ), que prevê oferta gratuita de cirurgia plástica reparadora para mulheres vítimas de violência.

Jayme Campos pede melhoria da educação

Jayme Campos (DEM-MT) defendeu um amplo entendimento nacional pela melhoria da educação. Ele lamentou os resultados das escolas públicas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), organizado pelo Ministério da Educação.

Homenagem a funcionários da Empaer

Jayme Campos também homenageou os 574 funcionários da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer) pelo 47º aniversário da instituição, que, disse, tem incentivado o desenvolvimento rural.



Para o senador, Empaer é meio de desenvolvimento

Vital do Rêgo dá parabéns a jornal da PB

Em pronunciamento ontem, o senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) falou do 40º aniversário do *Jornal da Paraíba*. Segundo ele, é "o mais arrojado e inovador do estado".

O *Jornal da Paraíba*, sediado em Campina Grande, foi fundado em setembro de 1971 por dez empresários inconformados com o fato de o município, o segundo maior da Paraíba e o 12º do Brasil, não contar com um jornal diário de porte.

Na época, disse o senador, o único diário publicado em Campina Grande era impresso na capital, com todos os inconvenientes logísticos e jornalísticos impostos pela distância.



Vital do Rêgo fala do aniversário do jornal

Comissão decide que planos diretores e projetos de parcelamento do solo só serão autorizados se comprovarem não haver risco na ocupação

Mais rigor para construções em áreas de risco

PARA EVITAR CONSTRUÇÕES em áreas de risco, a elaboração de planos diretores ou de projetos de parcelamento do solo só será autorizada mediante prévia carta geotécnica. A determinação está prevista em proposta aprovada ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e que terá decisão terminativa da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Carta geotécnica é um documento cartográfico com informações sobre as feições geológicas e geomorfológicas de uma área, com análise de comportamentos geotécnicos frente a uma eventual ocupação urbana e definição de setores ocupáveis ou não.

O projeto original (PLS 4/10), do senador Romeu Tuma (já falecido), alterava o Estatuto da Cidade para obrigar a realização de estudos geológicos, geotécnicos e topográficos prévios à construção de qualquer espécie de edificação em encostas de morros, montanhas, maciços,



Perigo permanente em áreas de risco como o Morro do Bumba, em Niterói: mais de 200 pessoas soterradas em abril de 2010

terrenos alagadiços ou sujeitos à inundação e em outras áreas comprovadamente de risco.

O relator na CI, Lindbergh Farias (PT-RJ), considera o projeto oportuno, mas explica que o Estatuto da Cidade, por regulamentar apenas o parcelamento e a edificação compulsórios do solo urbano, faria com que a obrigação fosse aplicada ape-

nas em terrenos já dotados de infraestrutura, mas mantidos ociosos, à espera de valorização imobiliária.

Para corrigir essa falha, ele incluiu no estatuto, como diretriz de política urbana, a "ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar a ocupação de áreas de risco", bem como o "monitoramento permanente

das áreas sujeitas a deslizamentos de terra, alagamento ou outros riscos".

Além disso, em vez de exigir um estudo geotécnico para cada edificação, como prevê o projeto, o texto aprovado pela CI sugere a elaboração das cartas geotécnicas nas etapas anteriores ao planejamento territorial e à elaboração de projeto de

parcelamento do solo.

O texto final introduz ainda, na lei que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano (Lei 6.766/79), a carta geotécnica como requisito urbanístico para loteamento, prevendo ainda auxílio da União para os municípios na elaboração dessa carta, com prioridade para os incluídos no cadastro de municípios suscetíveis a desastres naturais.

A preocupação, justifica Lindbergh, é garantir a ocupação do solo urbano com mais responsabilidade, pois a "edificação de habitações sem a menor consideração das características dos solos já levou a vida de inúmeras pessoas inocentes, em decorrência de deslizamentos de terra que poderiam ter sido evitados".

A CI também decidiu solicitar informações ao Ministério de Minas e Energia sobre resultados de trabalhos desenvolvidos pela Petrobras com relação à pesquisa de petróleo e gás natural em Mato Grosso e Goiás.

Comissão aprova proibição de repasse de custo com medidor

As concessionárias dos serviços de água e energia elétrica poderão ser proibidas de cobrar do cidadão o fornecimento e a instalação de medidor do consumo. A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou projeto que impede o repasse do custo desse equipamento ao consumidor (PLC 42/10).

Segundo o relator na CI, Inácio Arruda (PCdoB-CE), a Lei 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, estabelece que "as tarifas poderão ser diferenciadas em função das características

técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários", mas não esclarece a quem cabe o ônus da instalação dos medidores.

Em geral, segundo Inácio, essa despesa costuma ser coberta pela concessionária e ressarcida, posteriormente, por meio das tarifas pagas pelos consumidores.

A matéria ainda será examinada pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle (CMA), nesta em decisão terminativa.

Casildo vai a Fórum Nacional de Defesa Civil

A Comissão Temporária da Defesa Civil aprovou a participação de Casildo Maldaner (PMDB-SC) no oitavo fórum nacional do setor, que acontece na próxima semana, em Maceió.

O colegiado foi instalado em maio e tem como finalidade propor alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil. Também deve propor a criação de uma força nacional de defesa, atuando em estados onde ocorram tragédias.

Fundo nacional poderá incentivar proteção aos recursos hídricos

Proposta que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Nacional de Proteção dos Recursos Hídricos foi aprovada pela Comissão de Infraestrutura (CI).

O fundo terá por objetivo apoiar financeiramente projetos e programas para melhoria da qualidade e da quantidade dos recursos hídricos. Segundo o autor da proposta (PLS 139/09), então senador Sérgio Zambiasi, é uma política pública para incentivar e viabilizar ao pequeno produtor rural a preservação do solo e das matas ciliares.

O projeto segue para análise das comissões de Agricultura

e Reforma Agrária (CRA) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, em decisão terminativa, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O relator, Waldemir Moka (PMDB-MS), afirma que o projeto, se aprovado, poderá canalizar recursos para a execução de obras que fortaleçam a gestão de recursos hídricos no país.

De acordo com a proposta, o fundo será constituído por recursos do Orçamento da União, das aplicações financeiras de recursos próprios, do saldo de exercícios anteriores e de contribuições, subvenções, auxílios, legados e doações.



Paulo Paim (E), Ricardo Ferraço, João Durval e Demóstenes Torres durante reunião

Subcomissão de Combate à Corrupção depende de acordo

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Paulo Paim (PT-RS), informou que a criação da Subcomissão Temporária de Combate à Corrupção e à Impunidade depende de acordo porque já há quatro subcomissões – máximo permitido pelo Regimento do Senado. Por isso, uma teria que ser encerrada.

Se houver acordo, a CDH deverá votar na próxima reunião o requerimento em que Pedro

Simon (PMDB-RS) pede a criação da subcomissão. Ele tem sido o principal incentivador de uma frente suprapartidária que apoie a presidente Dilma Rousseff no combate à corrupção.

De acordo com Simon, a subcomissão vai analisar propostas, além de abrir espaço para um amplo debate com a participação da sociedade, "para que o clamor popular pelo fim da corrupção e da impunidade seja atendido".

Projeto cria, em eleições, prestação de contas on-line

Candidatos, partidos e coligações deverão prestar contas em tempo real, pela internet, nas campanhas eleitorais. Esse é o objetivo do Projeto de Lei do Senado (PLS) 564/11, apresentado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

A Justiça Eleitoral ficará responsável por criar mecanismo na internet. O candidato que não cumprir o disposto terá seu registro cassado.

Na opinião de Suplicy, o projeto atende ao anseio "generalizado do povo brasileiro" por mais transparência nos atos dos políticos.



Eduardo Suplicy diz que prestação de contas na internet é desejo do povo

Rolleberg apoia iniciativas contra desvios na política

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) destacou, em discurso, a Marcha contra a Corrupção realizada em Brasília, no dia 7 de setembro. Para o senador, que participou da manifestação, é natural que a marcha no Distrito Federal tenha sido a maior do país, já que a capital se ressentiu do escândalo que envolveu vários políticos e autoridades públicas no fim de 2009.

Na época, a Polícia Federal, pela operação Caixa de Pandora, realizou muitas prisões, inclusive a do então governador José Roberto Arruda.

O senador contou ter sido homenageado pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal (Fecomércio-DF) pela atuação contra a corrupção.

– Recebo a homenagem como um incentivo, pois temos de fazer ainda muito mais contra a corrupção em nosso país – afirmou.

Mozarildo lembra eventos em favor da ética

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) informou ter participado, ontem, de dois eventos contra a corrupção: na Universidade de Brasília (UnB) e na Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal (Fecomércio-DF), onde foi condecorado com outros senadores.

Ele leu trecho de manifesto da Fecomércio, em que se informa que a corrupção compromete a imagem do país no exterior e sua competitividade, representando para os cofres públicos a perda de R\$ 50 bilhões a R\$ 80 bilhões por ano.



O senador informa que foi condecorado na Fecomércio-DF

Projeto de novo Código Florestal pode receber dispositivo que estimula, com dinheiro, conservação de reservas legais e áreas de preservação permanente

Senado estuda criar incentivo financeiro para que produtores protejam florestas

O PROJETO DE novo Código Florestal (PLC 30/11) pode ser modificado no Senado para incluir incentivos econômicos para a manutenção e a recomposição de áreas de preservação permanente (APPs) e de reserva legal.

A adoção desses mecanismos recebeu o apoio unânime dos senadores que participaram ontem de uma audiência pública nas comissões de Meio Ambiente (CMA), Agricultura (CRA) e Ciência e Tecnologia (CCT).

A ideia é incluir no código diferentes formas de remunerar os produtores que mantêm florestadas as porções de suas propriedades protegidas por lei. As estratégias discutidas vão de pagamentos por serviços ambientais à redução de juros em financiamentos e à isenção de tributos.

O debate mostrou a preocupação dos senadores em ampliar as discussões sobre o novo código, até então concentradas em



Ex-ministro José Carlos Carvalho e senadores Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg e Eduardo Braga debatem Código Florestal

resolver problemas do passado, como os passivos ambientais.

De acordo com especialistas convidados para a audiência, a inclusão de incentivos para a preservação das florestas fará do código um arcabouço legal

voltado para o futuro sustentável do país.

Os senadores falaram da necessidade de se encontrarem fontes de recursos para remunerar os produtores.

Waldemir Moka (PMDB-MS) e

Blairo Maggi (PR-MT) ponderaram que a sociedade usufruiu dos benefícios gerados pelas matas existentes nas propriedades rurais, mas não contribuiu com a manutenção desses recursos naturais.

Recursos vinculados podem garantir eficácia do código

Eduardo Braga (PMDB-AM), que preside a CCT, sugeriu que 1% dos recursos arrecadados nas contas de água seja destinado a financiar a manutenção de vegetação nativa ao longo dos rios. O mesmo percentual da tarifa a ser cobrada em novas concessões do setor elétrico poderia ser usado para reduzir o desmatamento.

Já o presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), propôs a utilização de recursos

oriundos da exploração do petróleo da camada pré-sal na proteção das florestas.

A vinculação de receitas para viabilizar o cumprimento do novo código foi apoiada pelos especialistas convidados. Já a proposta de Rollemberg de isenção do Imposto Territorial Rural para que pequenos agricultores possam recuperar APPs em suas propriedades foi considerada pouco eficiente pelo ex-ministro José Carlos Carvalho.

Relator diz que é preciso resolver desmatamentos do passado

Relator do projeto na Comissão de Meio Ambiente, Jorge Viana (PT-AC) disse que o Senado caminha para um entendimento de que existe um custo para recuperar o passivo ambiental e que o novo Código Florestal deve oferecer instrumentos para a recomposição das áreas desmatadas.

– Caso isso não fique claro no código, corremos o risco de fazer uma lei que não será implementada – disse ele, defendendo a

separação no projeto entre medidas transitórias, que visam resolver situações hoje irregulares, e permanentes, que protegerão as florestas.

Carlos Eduardo Young, professor do Instituto de Economia da UFRJ, lembrou que a atual legislação não detém o desmatamento.

– Isso tem um custo alto – disse, citando problemas de abastecimento de água por causa do assoreamento dos rios.

Ex-ministro quer estímulos à sustentabilidade

O ex-ministro do Meio Ambiente José Carlos Carvalho acredita que o pagamento por serviços ambientais seria um bom incentivo a práticas sustentáveis entre os produtores rurais, “mas não é suficiente”. Durante a audiência pública realizada ontem, Carvalho defendeu uma reorientação nas políticas de financiamento agrícola.

– O crédito rural tem de estimular modelos sustentáveis de produção no campo e fortalecer o uso sustentável das florestas – disse ele, que esteve à frente da pasta do Meio Ambiente na gestão de Fernando Henrique Cardoso.

Carvalho observou que os debates sobre o novo Código Florestal (PLC 30/11) têm-se concentrado na solução do passivo ambiental – relacionado às áreas protegidas que foram desmatadas irregularmente. Para ele, no entanto, a nova legislação não deve servir apenas para resolver os problemas do passado, mas também para promover um “futuro sustentável”.

Ana Amélia (PP-RS) defendeu medidas como as que oferecem incentivos fiscais e creditícios para a agricultura de baixo carbono.

Eduardo Condorelli, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), disse que, devido às restrições da atual legislação ambiental, a expansão agrícola teve que avançar sobre áreas protegidas. Segundo ele, se a lei fosse rigorosamente cumprida, seria preciso diminuir a área plantada.

Debate revela dúvidas sobre regra para recomposição de reserva legal

Até a votação do novo Código Florestal, os senadores deverão decidir se querem que a nova lei permita que uma área de reserva legal desmatada seja compensada por outra na mesma bacia hidrográfica, dentro do estado, no próprio bioma

ou em outro bioma. O assunto ainda reúne muitas dúvidas.

Para Eduardo Braga (PMDB-AM), as compensações podem ser feitas além dos biomas, mas esta “não é uma questão pacificada, seja na academia, seja entre os ambientalistas”.

Virgílio Viana, superintendente-geral da Fundação Amazonas Sustentável, vê acerto na compensação de áreas desmatadas em biomas diferentes.

– A ideia de que um bioma é um condomínio está profundamente equivocada, não

faz sentido. A onça transita do Cerrado para a floresta seca. A arara idem.

Jorge Viana (PT-AC) manifestou preocupação com a ampliação de compensação para além dos biomas. A medida pode enfraquecer a exigência de

manutenção da área de reserva legal em cada propriedade.

– De forma extremada, alguém pode dizer que é possível comprar uma área de floresta na Bolívia, no Peru, e fazer a compensação lá fora – alertou o senador.

Código será favorável ao país, acredita Jorge Viana



Jorge Viana

Após ressaltar o empenho das comissões do Senado na discussão do novo Código Florestal, Jorge Viana (PT-AC) disse que o texto será favorável aos anseios do país.

– O nosso compromisso tem que ser o de fazer um texto que atenda aos interesses nacionais e deixe muito claro o compromisso do Brasil com esta e as futuras gerações.

O parlamentar acredita que o Senado fará as devidas correções e mudanças no texto, incluindo a explicitação do compromisso com as florestas brasileiras. Em sua opinião, a lei deve considerar os passivos ambientais em seus dispositivos transitórios.

– Uma coisa são os passivos ambientais, que precisam de uma solução; outra coisa é estabelecermos claramente as regras e uma legislação que proteja o meio ambiente, os recursos naturais e os biomas brasileiros.

Paim registra preocupação de agricultores gaúchos

Paulo Paim (PT-RS) leu ontem, em Plenário, documento da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag-RS) em que a entidade manifesta preocupações sobre o projeto do novo Código Florestal.

Os agricultores gaúchos entendem que a aplicação da legislação ambiental, especialmente no que se refere a áreas de preservação permanente (APPs), tornaria inviável grande parte da atividade agropecuária naquele estado. O documento ressalta que é preciso levar em conta os limites e as fragilidades da agricultura familiar e a importância da categoria para a segurança alimentar e para a geração de postos de trabalho.

Paim ainda saudou a gaúcha Priscila Machado pela conquista da terceira colocação no concurso Miss Universo, realizado em 12 de setembro, e cumprimentou o governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, pelo plano de implantação de unidades de polícia pacificadora (UPPs) no estado.

Casildo: código deve ser discutido sem maniqueísmo



Casildo Maldaner

Casildo Maldaner (PMDB-SC) destacou a importância da reforma do Código Florestal e defendeu “a superação do maniqueísmo” na discussão do projeto (PLC 30/11). Em sua opinião, o código deve ser equilibrado, levando em conta os diferentes biomas e as configurações econômicas de cada região.

– É essencial pensarmos em uma certa autonomia em determinados aspectos para que estabeleçam regras em consonância com as peculiaridades geográficas e socioeconômicas – afirmou.

Ele disse que o setor agropecuário já responde por 38% da pauta de exportações brasileira e que o país deve aproveitar a oportunidade econômica diante do aumento da demanda por alimentos no mundo. Também registrou a realização hoje, em Chapecó (SC), de audiência para a discussão do projeto do novo código.

Comissão de Relações Exteriores aprovou proposta que permite a trabalhador que pede aposentadoria somar tempo de contribuição previdenciária no Japão e no Brasil

Projeto facilita aposentadoria de brasileiros no Japão

MAIS DE 270 mil brasileiros que trabalham no Japão poderão somar os períodos de contribuição aos sistemas previdenciários dos dois países para obter a aposentadoria. A medida está prevista no Acordo de Previdência Social entre os dois países firmado há um ano em Tóquio e aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Submetido à comissão sob a forma de projeto de decreto legislativo (PDS 182/11), o acordo será ainda apreciado no Plenário do Senado.

O relator, senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), destacou a importância do acordo para os imigrantes brasileiros no Japão e japoneses no Brasil.

– Seu acolhimento pelo Congresso Nacional e sua posterior ratificação refletirão a prioridade que os governos dos dois países conferem à assistência às suas comunidades expatriadas, particularmente levando-se em conta que a recente crise econômica deixou desempregados dezenas de milhares de migrantes – observou

o parlamentar paulista em seu voto favorável.

Outros acordos

A comissão aprovou pareceres favoráveis a três outros projetos: PDS 140/11, que aprova o Acordo Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura; PDS 183/11, que aprova acordo com a Grécia em assuntos econômicos, científicos e tecnológicos; e PDS 187/11, que aprova acordo com a França para criação de um centro de cooperação policial.

Comissão aceita nomes para Suíça e agência nuclear

As indicações da Presidência da República para o novo representante brasileiro na Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Laercio Antonio Vinhas, e o novo embaixador na Suíça, Igor Kipman, receberam pareceres favoráveis da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Agora serão enviadas ao Plenário.

Vinhas disse que pretende apoiar medidas destinadas a fortalecer a segurança nuclear internacional, embora ressaltando que isso não poderia “servir de pretexto para dificultar o acesso à tecnologia nuclear para fins pacíficos”.

Questionado por Eduardo Suplicy (PT-SP) se concordaria com um referendo sobre o uso da energia nuclear no Brasil, após o acidente de Fukushima, no Japão, ele disse que sim: “O mais importante é o esclarecimento”.

– Há risco em qualquer atividade humana. Mas votaria a favor do programa [nuclear].



Igor Kipman, Fernando Collor, presidente da CRE, e Laercio Antonio Vinhas

Suíça

- » Área: 41.277 km²
- » População: 7.639.961
- » PIB per capita: US\$ 42.600
- » Capital: Berna

Fonte: CIA World Factbook

AIEA

Objetivo é promover tecnologias nucleares seguras e pacíficas

- » Criação: 1957
- » Sede: Viena
- » Membros: 151 países
- » Equipe: cerca de 2.300 profissionais
- » Orçamento anual: cerca de 285 milhões de euros*

* Em 2009, sem contar contribuições extraorçamentárias que somaram 58 milhões de euros

Fonte: Agência Internacional de Energia Atômica

Ana Amélia agradece sua eleição para o Parlasul

Ana Amélia (PP-RS) agradeceu em Plenário sua escolha para 2ª vice-presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul). A senadora afirmou que o Parlasul é indispensável para o aprofundamento da democracia em toda a América do Sul, sendo sua atuação igualmente acompanhada com interesse em todo o continente latino-americano. Na avaliação dela, a adoção do processo eleitoral para a escolha dos representantes no Parlasul fortalecerá as estruturas da democracia política e regional.

Ana Rita lembra vítimas de atentado terrorista



Moreira Mariz/Senado Federal

Ana Rita (PT-ES) se solidarizou, na quarta-feira, com as famílias das vítimas do atentado às torres do World Trade Center, em Nova York, que completou dez anos. A senadora lembrou que cinco brasileiros morreram na ocasião. Ela ainda lembrou a passagem dos 38 anos do golpe de Estado no Chile que depôs o presidente socialista Salvador Allende e instalou a ditadura de Augusto Pinochet, que durou 17 anos.

Aloysio apresenta projeto que institui voto distrital no país

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) apresentou uma proposta de emenda à Constituição (PEC 19/11) que modifica o sistema eleitoral. Em vez de eleger seus candidatos a vereador e deputado pelo voto proporcional em lista aberta, os eleitores o fariam pelo voto distrital misto.



Pedro Franco/Senado Federal

– Considero o sistema atual esgotado. A verdadeira reforma política de que o Brasil precisa é a adoção do voto distrital – disse.

Na opinião de Aloysio Nunes, o sistema proporcional está esgotado por causa do alto custo das campanhas eleitorais, do enfraquecimento

Aloysio Nunes diz que, no sistema atual, “eleitor elege o que não vê” dos vínculos partidários e da falta de transparência.

– O eleitor vota no que vê e elege o que não vê, já que não sabe que, ao votar em nomes como o do deputado Tiririca, elege outro deputado do PT.

Demóstenes afirma que discurso de Dilma foi “golpe publicitário”

Demóstenes Torres (DEM-GO) criticou o pronunciamento oficial feito pela presidente Dilma Rousseff na véspera do 7 de Setembro. Para ele, as palavras da presidente não passaram de “golpes publicitários” e anteciparam a disputa eleitoral de 2014.



Waldemir Barreto/Senado Federal

– O discurso em rede nacional de rádio e televisão, que de tão eleitoireiro poderia ter sido gravado durante a campanha de 2010, tem dez minutos e pouquíssimo sobre a Independência – disse.

Segundo ele, a presidente

Demóstenes Torres diz que presidente mentiu no rádio e na TV desdenhou da crise econômica mundial e mentiu ao afirmar que o Brasil é capaz de enfrentar tranquilamente este momento econômico.

Anibal Diniz critica oposição por insistir em “herança maldita”

Anibal Diniz (PT-AC) comentou declarações da presidente da República, Dilma Rousseff, no 4º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado há duas semanas. No congresso, ela negou que tenha recebido do ex-presidente Lula uma “herança maldita”.



Moreira Mariz/Senado Federal

– Muitos integrantes da oposição estão perdidos em meio à completa ausência de propostas e por isso querem passar a ideia de que a presidente Dilma vive uma quase infelicidade na gestão da Presidência da República – disse.

Para o senador, a oposição tenta esconder a mudança

Anibal Diniz afirma que Brasil teve grandes avanços com Lula ocorrida no Brasil nos últimos anos, que incluiu crescimento econômico, fortalecimento do mercado interno, geração de empregos, expansão do crédito, combate à pobreza e valorização do salário mínimo.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cicero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
 Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • Ana Amélia • Paulo Paim • Anibal Diniz • Randalfe Rodrigues • Wellington Dias

* Licenciado

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
 Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

J DO DO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Reportagem: Cintia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – **Fax:** (61) 3303-3137

Prça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920



Cyro Miranda diz que R\$ 10 bilhões a mais de superávit é "muito pouco"

Para Cyro Miranda, contas públicas não foram ajustadas

Cyro Miranda (PSDB-GO) disse que os R\$ 10 bilhões que o governo anunciou que irá incorporar ao superávit primário "em hipótese alguma significam um verdadeiro ajuste nas contas públicas". Para o senador, esses bilhões que o governo deixará de gastar "são muito pouco, quando se consideram as prioridades do país e as pressões previstas sobre o orçamento confrontadas com o quadro da economia mundial".

Segundo ele, o governo não mostrou que esses R\$ 10 bilhões equivalem ao que recebeu a mais em impostos. "A imprensa informou que só a mineradora Vale antecipou o pagamento de R\$ 6 bilhões que estavam sob contestação judicial", disse. O senador criticou o "oneroso sistema tributário brasileiro", com 70% dos 63 impostos concentrados na União, restando 25% aos estados e 5% aos municípios.

Garibaldi quer retomar cultura algodoeira no RN

Garibaldi Alves (PMDB-RN) lembrou ontem seu compromisso político em prol do desenvolvimento social e econômico do seu estado e do Nordeste. Ele disse que uma das prioridades do seu mandato é viabilizar a produção de algodão no Rio Grande do Norte.

– Esclareço que tal preocupação não é apenas pelo lado financeiro, mas principalmente pelo aspecto social e humano, com a intenção de recuperar ainda mais a dignidade do cidadão potiguar pelo seu trabalho – afirmou.

Nesse sentido, o senador relatou que tem mantido contato com diversos órgãos do governo federal, com destaque para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que desenvolve pesquisas de novas tecnologias mais eficientes no combate às pragas do algodão.



Senador cita pesquisas da Embrapa para combater pragas do algodão

Desacordo em torno de anistia a bombeiros e policiais militares leva o PR a obstruir o exame de três projetos com valores destinados ao Executivo e ao Judiciário

Sem acordo, votação de créditos adicionais é adiada

A VOTAÇÃO DOS três projetos com créditos orçamentários para órgãos do governo e do Judiciário incluídos na pauta da sessão conjunta do Congresso de ontem foi adiada.

Os parlamentares do PR fizeram obstrução depois de não entrarem em acordo com a liderança do governo em relação ao projeto que concede anistia aos bombeiros que participaram de movimentos por melhores salários.

– O governo não quer resolver a situação dos bombeiros; se o quisesse, já teria feito, e não teríamos chegado a esse ponto. Agora só vendo para crer. Foi uma decisão unânime da bancada e não podemos

modificá-la – afirmou o deputado Anthony Garotinho (PR-RJ).

O líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE), afirmou haver empenho dos governistas e do Executivo em resolver a questão, mas não convenceu os parlamentares do PR.

– Essa decisão de não votar os projetos está impedindo que recursos cheguem a programas importantes e à população carente, que precisa do Bolsa Família – lamentou o senador.

O deputado André Vargas (PT-PR) alegou que a reivindicação dos bombeiros é justa, mas se transformou em "ques-

ção paroquial", que não poderia estar acima de assuntos de relevância nacional.

Em contrapartida, o deputado Lincoln Portela (PR-MG) disse que "segurança pública não é questão paroquial".

Estavam na pauta o PLN 3/11, com crédito suplementar de R\$ 999,1 milhões para os ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; o PLN 6/11, com crédito especial de R\$ 88,3 milhões em favor do Ministério da Educação; e o PLN 10/11, com crédito suplementar de R\$ 38 milhões, destinados às justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, além do Ministério Público.



Deputado Anthony Garotinho (ao microfone) encabeça obstrução em sessão conjunta do Congresso Nacional

Lin de Paula/Senado Federal

Vanessa ressalta união da bancada pelo Amazonas

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que a bancada federal do Amazonas, com oito deputados e três senadores, quer se organizar melhor para encaminhar uma série de reivindicações ao governo federal.

O primeiro passo, segundo ela, será marcar uma reunião com a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, para mostrar como é importante a realização de encontros com as bancadas regionais, e não apenas com os partidos políticos.

– Nós todos do Amazonas vivemos um momento interessante e positivo de unidade da bancada – afirmou.

Valadares aponta benefícios da Copa de 2014 para o país



Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) avaliou que a Copa de 2014 deverá contribuir de forma decisiva para o incremento do turismo, a geração de empregos, a melhoria dos estádios de futebol e a construção de outros novos. O sistema de transporte coletivo, os aeroportos e a rede hoteleira também serão beneficiados.

– São US\$ 10 bilhões que serão injetados em nossa economia, no mínimo, no ano da realização da Copa do Mundo de 2014 – disse, completando que o evento vai gerar 700 mil empregos e movimentar cerca de R\$ 183 bilhões.

Waldemir Barreto/Senado Federal

Paim pede mais debate sobre fundo estadual

Paulo Paim (PT-RS) manifestou preocupação com o projeto de lei de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) que estabelece novas normas de repartição do Fundo de Participação dos Estados. Diante da possibilidade de redução drástica dos repasses do fundo para o Rio Grande do Sul, Paim considerou necessário aprofundar os debates antes da votação. Segundo Paim, pelo projeto, os recursos do FPE serão repartidos da seguinte forma: 85% para Norte, Nordeste e Centro-Oeste e 15% para Sul e Sudeste. Segundo ele, as estimativas indicam que, por essa distribuição, o Rio Grande do Sul teria uma perda anual de R\$ 250 milhões.

Lúcia Vânia sugere atenção a projeto sobre o Simples

Lúcia Vânia (PSDB-GO) chamou a atenção para a proposta do Executivo que modifica a lei do Simples Nacional. O PLC 77/11, em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), já foi aprovado na Câmara, quando os deputados rejeitaram o PL 591/10, do ex-deputado Cláudio Vignatti, apensado. Na opinião da senadora, no entanto, o projeto de Vignatti deveria ser debatido, pois "trazia as mais significativas e ousadas alterações em benefício do micro e do pequeno empreendedor". Ela pediu ao relator na CAE, José Pimentel (PT-CE), que, "embora o projeto faça jus à tramitação em urgência", não deixe a pressa para a aprovação "transformar-se em atropelo".

Randolfe alerta para urgência de nova lei de partilha



Estados como Amapá, Acre e Rondônia podem perder até mais da metade do seu orçamento se a partilha do Fundo de Participação dos Estados (FPE) for suspensa, destacou Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). O senador lembrou que, em fevereiro de 2010, o STF declarou a inconstitucionalidade da lei de repartição do FPE e deu prazo até dezembro de 2012 para o Congresso criar uma nova lei, ou a distribuição será suspensa. Randolfe observou que há duas matérias sobre esse tema tramitando no Senado, mas "paradas na CDR e na CAE".

– A questão é urgente, emergencial – alertou.

Moreira Mariz/Senado Federal



Senador acredita que entendimento final deve ocorrer na semana que vem

Wellington Dias diz que há avanço em relação a royalties

Wellington Dias (PT-PI) comemorou avanços na discussão de um projeto alternativo para a distribuição dos recursos provenientes da extração do petróleo entre União, estados e municípios. O senador acredita que haverá entendimento já na próxima semana.

– É possível, se Deus quiser, que na próxima semana cheguemos a um acordo – disse ele, acrescentando que esses recursos serão receita importante para os estados brasileiros.

A União admitiu reduzir de 30% para 20% a sua participação na distribuição dos royalties oriundos dos campos licitados pelo regime de concessão.

– Acho que o lado positivo dessa semana foi descobrirmos qual o limite de todas as partes. Isso é importante. Se a gente não sabe aonde quer chegar, fica difícil fazer qualquer proposta.

Ângela Portela: cresce a renda das mulheres no país

Ângela Portela (PT-RR) ressaltou pesquisa que mostra o avanço da participação da mulher na economia do país. O levantamento foi publicado pelo jornal *O Globo* e refere-se ao período de 2002 a 2011.

Nesses anos, a renda da mulher cresceu 50% mais que a do homem. De 2006 a 2011, a renda feminina cresceu mais de 30%, contra 22% da renda masculina. O avanço foi ainda maior na classe C, em que a renda das mulheres cresceu 50% contra 38% dos homens. A classe C concentra 35 milhões de mulheres no país.

– Hoje, em todas as classes sociais, a escolaridade da mulher é maior que a do homem, contribuindo para o crescimento da renda – afirmou a senadora, assinalando progressiva equiparação de direitos e oportunidades para mulheres e homens.



Pesquisa mostra aumento maior entre mulheres da classe C, diz senadora

Moreira Mariz/Senado Federal

Waldemir Barreto/Senado Federal

Representantes de ministérios classificam de retrocesso a possível detenção de usuários, mas profissionais da saúde defendem punição e internação

Médicos e governo discordam sobre mudanças na Lei de Drogas

REPRESENTANTES DO GOVERNO e médicos especialistas em dependência química manifestaram posições contrárias em relação ao projeto de lei (PLS 111/2010) de Demóstenes Torres (DEM-GO) que prevê pena de detenção ou tratamento especializado em condutas relacionadas a drogas. O projeto foi discutido ontem em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida por Ana Amélia (PP-RS).

A Lei de Drogas (Lei 11.343/06) não precisa ser modificada, afirmou o representante da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), do Ministério da Justiça, Vladimir Stempluk. Em sua opinião, a legislação é coerente com a política de humanização do atendimento, e o Estado não pode obrigar as pessoas a buscarem tratamento. A lei vigente, ressaltou, prioriza o combate a grupos criminosos e não a prisão dos usuários.



Entre médicos e representantes do governo, Ana Amélia (C) presidiu a sessão que discutiu projeto de Demóstenes Torres

Demóstenes explicou que a proposta não tem finalidade de levar usuários à prisão, mas de dar ao juiz a possibilidade de aplicar uma pena, já que a lei atual apresenta meras recomendações. Ele ressaltou que drogas estão relacionadas ao crime, e por isso internação e tratamento são necessários para preservar saúde e segurança, mesmo contra a vontade do usuário.

A representante da Área de Saúde Mental do Ministério da Saúde, Maria Cristina Correa Hoffmann, disse que o ministério também é contrário à proposta, que considera retrocesso.

O presidente do Conselho Regional de Medicina de Goiás, Salomão Rodrigues Filho, disse que a proposta é "um avanço". Ele sugeriu adoção de pena financeira, proporcional ao

patrimônio do usuário. Segundo ele, são os usuários recreativos que sustentam o tráfico.

A reforma psiquiátrica, que desativou manicômios, é equivocada na opinião de Marcelo Ferreira Caixeta, psiquiatra especialista em dependência química. Ele disse que há casos em que é preciso internação para evitar que o doente cause danos a si ou a pessoas próximas.

Experiências de outros países serão conhecidas

Senadores da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outros participarão de missão no exterior para conhecer experiências de combate às drogas. Serão visitados Inglaterra, Holanda, Suécia e Portugal. A data sugerida é de 29 de outubro a 7 de novembro.

– O objetivo é examinarmos quatro distintas experiências de países que já têm um plano em andamento, ou com redução ou com impedimento do crescimento no número de usuários de drogas e na dependência química – explicou Wellington Dias (PT-PI), presidente da subcomissão, ligada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Segundo o senador, a escolha da Suécia se deu porque o país possui uma experiência de sucesso, com sistema considerado rígido com relação ao usuário. Já a Holanda tem uma política mais liberal. Portugal e Inglaterra, segundo o senador, são experiências intermediárias, com diferenças em relação ao tratamento e à relação com o usuário.

Os senadores devem visitar instituições com experiência em prevenção, tratamento e reinserção e segurança pública.

– A ideia é de que o Brasil possa, ao final dos trabalhos da comissão, apresentar um texto-guia, uma referência para uma conferência nacional – afirmou o presidente da subcomissão.

CPI investiga em São Paulo rede internacional de exploração sexual

No próximo dia 26, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Tráfico de Pessoas fará diligências na cidade de São Paulo para investigar o aliciamento de homossexuais e trabalhadores por redes internacionais de exploração sexual e de trabalhos forçados, respectivamente.

– Denúncia recente, aqui no Brasil, apontou grandes empresas internacionais do ramo de

confeccões utilizando trabalho escravo – disse Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), presidente da CPI.

A pedido de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), vice-presidente da comissão, foi aprovado requerimento convidando representante do Departamento de Fiscalização do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego para participar dessa ação na capital paulista.

Projeto sugerido por universidade regulamenta a quiropraxia

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) acolheu uma sugestão legislativa pela regulamentação do exercício da profissão de quiropraxista. A sugestão, da Universidade Feevale, de Hamburgo (RS), tramitará como projeto de lei de autoria da CDH.

A quiropraxia é descrita no relatório, que foi apresentado pela senadora Marta Suplicy (PT-SP), como uma profissão da

saúde que lida com o diagnóstico, o tratamento e a prevenção das distúrbios do sistema neuro-músculo-esquelético. Há ênfase em técnicas manuais.

A Feevale argumenta que a ausência do reconhecimento legal da profissão de quiropraxista vem permitindo o funcionamento de cursos livres sem controle, muitas vezes ministrados por pessoas sem a devida formação.

Alvaro analisa situação da saúde nos últimos 11 anos



Alvaro Dias (PSDB-PR) lembrou os 11 anos da publicação da Emenda Constitucional 29, que define percentuais de investimento dos entes federados na saúde. O projeto de regulamentação dessa emenda – em tramitação na Câmara – deveria ter sido aprovado até 2004.

Nesses 11 anos, observou o senador, o volume de recursos para a saúde aumentou em termos absolutos, "mas isso graças ao investimento de estados e municípios". A participação do Ministério da Saúde nos repasses ao orçamento da área caiu de 53% para 47%, disse.

Humberto Costa pede combate a remédio pirata

A adoção de uma política nacional de combate à pirataria de medicamentos, cosméticos, próteses, anabolizantes e fitoterápicos foi defendida pelo senador Humberto Costa (PT-PE). Ele disse que a pirataria traz grandes prejuízos para o país e para a saúde da população e pediu a aprovação de projeto de lei de sua autoria que institui a Política Nacional de Combate à Pirataria de Produtos Submetidos à Vigilância Sanitária (PLS162/11). O senador afirmou que uma política nacional articularia as esferas do poder público no combate à pirataria.



Rodrigo Rollemberg lamenta morte de Alencar Sete Cordas

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) lamentou ontem a morte de José de Alencar Soares, o Alencar Sete Cordas, violonista e professor de música de Brasília. Ele morreu de enfarte, na quarta-feira, aos 60 anos, depois de se apresentar no Clube do Choro, casa que ajudou a fundar nos anos 1970.

Após fazer uma participação especial no show do pianista Antonio Carlos Bigonha, Alencar começou a se sentir mal e se dirigiu ao seu carro, onde foi socorrido por amigos e levado ao Hospital de Base.

Conhecido no universo do choro, do samba e da MPB, Alencar era um dos ícones do choro de Brasília. Rollemberg o definiu como um artista "muito respeitado". O parlamentar anunciou que a sala número um da Escola de Choro Raphael Rabello, vinculada ao clube, ganhará o nome do violonista.

– Quero me solidarizar com a família. É uma grande dor para todos nós – disse o senador em seu discurso.

Sônia Pulhães



Alencar Sete Cordas em apresentação no Clube do Choro de Brasília, em 2005

Geovani Borges defende política para os idosos



A longevidade da população vem aumentando consideravelmente em todo o mundo, destacou Geovani Borges (PMDB-AP). No Brasil, no início do século 20, a expectativa média de vida era de 33 anos, hoje é de 68. Em 1950, havia 2 milhões de idosos. Em 2002, 15 milhões. Por isso, avaliou o senador, é preciso estabelecer uma política social preventiva, que projete o país também para os idosos.

– Estamos vivendo mais, mas não com mais qualidade. Os cuidados com os idosos começam, na verdade, na infância – alertou.

Marta comemora convênio para inclusão produtiva

Marta Suplicy (PT-SP) comunicou que o Ministério do Desenvolvimento Social e o Sebrae assinaram convênio para promover a inclusão produtiva dos brasileiros abaixo da linha da extrema pobreza. Ela informou que 16 milhões são considerados miseráveis, sobrevivendo com menos de R\$ 70 por mês.

De acordo com a parlamentar, desenvolver o potencial empreendedor de famílias em condição de extrema pobreza é mais eficaz do que melhorar a sua empregabilidade. Segundo ela, dados indicam que a população mais pobre foi a que menos se beneficiou da ocupação com carteira assinada, uma vez que se encontra "em situação social tão frágil".